

## DE FHC A LULA. UM ENSAIO SÓCIO-PSICANALÍTICO SOBRE A “CRISE BRASILEIRA”

ANTONIO CARLOS FREDDO  
Mestrado em Gestão de Negócios  
Universidade Católica de Santos

Recebido: 18 de fevereiro de 2005

Aceitado: 28 de fevereiro de 2005

### 1. INTRODUÇÃO

Quando do início de seu segundo mandato presidencial, Fernando Henrique Cardoso declarou<sup>1</sup> que o que ele mais queria era ideologia. Disse ele estar “*ansioso por ideologia*”. A princípio, ele foi claro em suas declarações: falava dos partidos políticos brasileiros.

Podemos, hoje, findo o 2º ano do mandato do Presidente Lula da Silva, fazer especulações a respeito da declaração de Fernando Henrique. Tratava-se sua declaração, e ainda se trata, da tentativa de criar um cenário carregado ideologicamente, onde se mostre ao brasileiro sua própria responsabilidade pela situação social em que se encontra. A realidade apresentada pelo discurso oficial do Estado leva o sujeito a tomar como a porta de saída de sua situação aquilo que, na realidade, é o espelho onde se reflete uma realidade intencionalmente cons-truída. A finalidade é uma só: “parecer ser” a representação da relação imaginária do sujeito com suas condições reais de existência.

No final da década de 70, início da década de 80, o então ministro Delfim Netto atribuiu a inflação, a instabilidade econômica e a pobreza àqueles que tinham carro do ano, tv a cores e tinham viajado aos Estados Unidos. E o povo acreditou.

Na década de 90, o então presidente Fernando Collor declarou, logo após sua posse, que a inflação, a instabilidade econômica e a pobreza eram “culpa” daqueles que tinham, na época, mais de US\$ 500 em sua conta bancária. Chamou essas pessoas de “marajás”. E o povo acreditou.

No início do ano 2000, o então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, atribuiu a pobreza àqueles que recebem mais de R\$ 2000,00 por mês (+/- 550,00 Euros, valores de hoje), declarando ser sua “luta” acabar com os pobres, criando um imposto de 1% a ser pago por todos que recebem mais de R\$ 2000 ao mês. Desta vez o povo não acreditou.

---

<sup>1</sup> Revista *Veja*, ed. 1512, n.. 36, 10/09/1997, p. 32.

Curiosamente, o Estado, e aqueles direta ou indiretamente ligados a ele, insistem em que, para se melhorar a situação socio-econômica do Brasil, deve-se fazer urgentemente uma reforma fiscal, e que somente uma reforma fiscal ermitirá crescimento. Curiosamente, durante os dois mandatos de Fernando Henrique se discutiu a reforma fiscal. O PT de Lula era contra. Hoje, O PT do Presidente Lula da Silva não toca no assunto.

Os poucos que insistem na reforma fiscal falam sozinhos, já que o Estado e seus representantes são unânimes: há somente uma, e apenas uma, forma de melhorar a situação socio-econômica do Brasil: arrecadando. Por isso, não se pode baixar os impostos. Menos ainda, diminuir o número de impostos.

Hoje (estamos em 2005), por exemplo, o CPMF (contribuição provisória sobre movimentação financeira), que virou IPMF (imposto provisório sobre movimentações financeiras), objeto de críticas contundentes por parte do então candidato Lula da Silva e PT, continua a ser cobrado pelo governo Lula da Silva. Hoje, não se discute o assunto. E, apesar das declarações do ministro Palocci, de que o brasileiro paga “*pouco imposto*”, seguimos sendo um país que não apenas paga muito imposto, pagamos “*muitos impostos*”. A recente revisão da tabela de imposto de renda onerou sobremaneira as micro e pequenas empresas.

Mas discrepâncias sócio-políticas do governo petista, entre o antes e o depois, não apenas são visíveis, são marcantes. O rumo que o PT tomou após a eleição parece poder ser explicado pela teoria dos grupos e pela teoria dos tipos lógicos, que nos dizem que há dois tipos de mudança: a mudança de primeiro grau, em que algo no grupo muda para que tudo permaneça igual; e a mudança de segundo grau, onde algo muda para que tudo mude. Mas o melhor mesmo, para explicar o governo petista, é o velho ditado francês que diz “*plus ça change, plus c’est la même chose*”.

Vejamos uns poucos exemplos.

Ao final do governo Fernando Henrique, a máquina administrativa do Estado havia sido reduzida, diminuindo de tamanho para 700.000 funcionários públicos. Neste início do 3º ano do governo Lula da Silva, o Estado já conta com 900.000 funcionários. A expectativa do PT é de chegar ao final do “1º mandato” de Lula da Silva com 1.200.000 funcionários. Curiosamente, o governo ainda não terminou e já se fala em “2º mandato”.

Os gastos com a máquina pública subiu de 11% para 13%, um aumento de 7 bilhões de reais (2 bilhões de euros) em 2004.

A carga tributária subiu de 31,9% do PIB no governo FHC para estimados 42% do PIB no governo Lula da Silva.

Tudo indica que o Brasil é um lugar qualquer, fora de Brasília, onde as estatísticas dizem que 60 milhões de pessoas vivem na linha da pobreza e 50 milhões passam fome. O bom senso não permite que acreditemos nesses números, ainda mais se levarmos em conta que são números que representam quase 1/3 da população do Brasil. Ainda mais se levarmos em conta que, segundo a CEPAL, de 1990 a 1996, 16 milhões de pessoas saíram da faixa da pobreza.

Recente pesquisa do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostra que a plataforma preferida do presidente Lula da Silva pode estar incorreta, ou mesmo errada. Extensiva investigação mostrou que a fome, a menina-dos-olhos de Lula não grassa os 50 milhões de brasileiros, como se afirma tão categoricamente, mas menos. Muito menos, sendo o problema mais grave, a obesidade. A divulgação dos dados, ao invés de ser recebida com alívio e júbilo, foi recebida com críticas e discursos furiosos, sendo que membros do PT chegaram a aventar a hipótese de que os famintos no Brasil podem chegar a 70 milhões de pessoas.

O discurso ideológico-partidário mostrou sua cara ao anunciar-se que o Governo não mais permitiria que o IBGE divulgue seus dados sem o crivo do partido. Aparentemente, boas novas não são bem-vindas.

Ademais, o PT de Lula da Silva, ao se levantar da cama no dia 1 de janeiro de 2003 ocupando a Presidência da República não se deu conta de que, entre outras coisas, havia perdido controle do MST-Movimento dos Sem-Terra. Hoje, o MST pode ser considerado um grupo revolucionário “armado e perigoso”: têm professores ocupando cargos em escolas públicas onde ensinam “*que águas passadas sim, movem moinhos*”, isto é, ainda ensinam coisas como a revolução vermelha de Mao Tsé Tung, comemoram a revolução cubana, têm por ídolos Che, Lenin, Stalin etc.

Mas o perigo é maior. O MST se apresenta como inimigo dos latifúndios, dos ricos, dos “exploradores”. Mas, na verdade, o MST, e incluo aqui o PT, parecem ser “inimigos” do processo científico-tecnológico aplicado à produção, da modernização da produção e do conseqüente aumento de produção. Estima-se que o desenvolvimento científico-tecnológico dos últimos anos, usado na produção de soja, no Brasil, vai levar à uma produção de mais de 60 milhões de toneladas de grãos para o ano de 2005. Mais uma boa notícia que não é bem recebida pelo governo. Afinal, tanta comida assim ajuda a desmentir os dados “oficiais” de 50 milhões de famintos no país.

A última notícia que se tem do MST, para seguir no exemplo, é a fundação da “Escola Florestan Fernandes”, para “ensinar” aos militantes as mais “modernas técnicas” de invasão de propriedades (mesmo as produtivas, segundo o presidente do MST).

Com tudo isso, a situação social do Brasil, hoje, ainda é curiosa: suas distorções sociais não eliminam o fato de que o país ainda é um mercado a ser explorado.

## 2. O PAPEL SOCIAL DO GOVERNO: A DIALÉTICA DA AMBIGÜIDADE

Mas é pela declaração de Fernando Henrique Cardoso que tomo, hoje, o atual governo, o governo do PT e do Sr. Lula da Silva, como a melhor amostra da ambigüidade política do Estado. E é essa ambigüidade que leva a empresa a se tornar esfera social por excelência.

O que está ocorrendo, neste início dos anos 2000, é a definitiva transferência do papel social do Estado para a empresa. Incluo nesse papel social, a *reconstituição* do conceito de cidadania.

A desvinculação do Estado de seu cidadão é mais profunda do que se pode (ou se pôde) imaginar. Ao Estado coube o papel de transformar-se em mero arracada-dor de dinheiro pela via dos impostos, taxas e contribuições. Pior, tornou-se um mero perdulário.

O governo dirige-se a si mesmo como uma “república”, como “repúblicano”, sem dizer o que isso significa exatamente, já que, com a Proclamação da República, em 1889, deixamos de ser uma monarquia. Corremos perigo.

Como vivemos sob a égide de um discurso ideológico misologocrata<sup>2</sup>, corremos o risco de que nossos governantes estejam pensado numa república “popular”, como a China, uma “república” caracterizada pela inexistência de representatividade popular, e onde o partido se comporta como o “*umbiculus mundi*”? Afinal, a maior acusação que se faz ao governo petista é o de estar sindicalizando o Estado, de ter medo da civilização, de ter medo da inovação.

Ou podemos pensar que nossos governantes se veem como Júlio César, que do alto do Capitólio olha Roma a seus pés e diz “*A república está morta!*”. Talvez seja mais fácil pensar que a verdade é pior: eles não sabem o que fazem.

Afinal, o Estado é “matriarcal” e, como tal, como a grande mãe benfazeja que entre o castigo do pai e a benevolência da mãe, tudo permite. Obviamente, a cegueira ideológico-partidária ego cêntrica não permite que se veja a ação super-egóica do pai, que manda um recado a todos, sem exceção: estou olhando.

Mas a mãe super-protetora está presente, e faz de conta que nada vê. Bom para eles; azar o nosso.

Recordando: os abusos surgem não pelo rigor do pai, mas pela super-proteção da mãe.

O papel “nem um pouco” social do Estado, se dá na dinâmica daquilo que o Estado mesmo ainda chama de “questão da cidadania”: a repetição de frases prontas e já “usadas”, como por exemplo, que o “cidadão ainda não contribui, mas vai contribuir”. A pergunta é clara: contribuir com o quê? E para quê?

Contribuir com dinheiro para as causas sociais do Governo. Não custa lembrar que o ministro Palocci, recentemente, afirmou que o brasileiro paga pouco imposto. Como se não bastassem os 57 impostos que o país tem.

Mas, a questão não é essa. A questão é: que “cidadão”?

A ambigüidade político-ideológica do Estado se reflete numa conduta política rasteira, onde o governo petista desmonta a máquina construída por governos anterior baseado na pura vingança dos avanços, mesmo que pequenos, dos governos

---

<sup>2</sup> Para tomar o termo de Roberto Romano, que diz que misolocracia pode ser entendida como o regime que tem horror à lógica, ao raciocínio e ao conhecimento. Roberto Romano segue Platão, que cunhou o termo misólogo para definir o inimigo da cultura e o ódio às idéias. Prefiro, particularmente, usar o termo ideologia misologocrata para definir o discurso que conduz a um pensamento obsessivo-compulsivo de desprezo à cultura, às idéias, ao conhecimento, ao raciocínio.

anteriores, e por sentir-se “herdeiro” das liberdades (não importa o que isso seja) por ter lutado contra a “ditadura”. O lado negro fica pela justificativa de tais atos se basearem no pensamento distorcido que a cultura do brasileiro não pode ser distorcida por cultura externas. Como se o Brasil tivesse nascido pronto e acabado, como se não mais pudessemos demonstrar que somos um país construído pela Europa, herdeiro de sua cultura, e a qual ainda mantemos.

Como curiosidade, o chamado Forum de Porto Alegre, encontro contra a globalização e a internacionalização da economia, produziu dados interessantes:

- Os manifestantes (contra a globalização e a internacionalização da economia, vale lembrar) hospedaram-se em hotéis da rede Sheraton, Accor e Holiday Inn.
- Alugaram carros das marcas GM e Toyota.
- Comeram no McDonald’s e no Pizza Hut.
- Alugaram celulares TIM e Claro<sup>3</sup>.

Mas para “manter a cultura local”, convidaram Hugo Chávez e várias tribos indígenas.

Por outro lado, a manifestação mais interessante ficou a cargo do PT e do presidente Lula da Silva: Lula foi vaiado por manifestantes petistas que abandonaram o PT, incluindo Plínio de Arruda Sampaio<sup>4</sup>, um dos mais importantes fundadores do partido, que afirmou que o PT deixou de ser o partido das mudanças para ser o partido dos privilégios. Melhor seria dizer que o PT se tornou um partido de idéias mortas. O mundo do PT não é o mundo dos fatos, o mundo real do sujeito. É o mundo do discurso, o mundo do discurso ideológico alienante.

A verdade é triste: como o filme “A classe operária vai ao paraíso”, o PT representa o operário que chegou no paraíso. O problema é que o protagonista morre no final do filme.

### 3. O BRASIL DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO

Mas, quando se deseja olhar o Brasil, hoje, do ponto de vista sociológico, por onde começar?

Para mim, uma análise sociológica do Brasil hoje deve extrapolar a visão do meramente sociológico. Não podemos mais ficar na análise social. É necessário ir mais longe e analisar a “trama” do social. Mais ainda, os “nós” que formam essa “trama”. E esses “nós” nada mais são que os atores sociais, nós, os sujeitos. Ou aqueles que deveriam ser “sujeitos”.

Desse modo, falar de uma análise social do Brasil, hoje, é, na verdade, falar de um Estado em crise. Assim, resta-nos uma única análise: definir que “crise” é essa.

---

<sup>3</sup> Claro, provedor de telefonia celular, é empresa mexicana.

<sup>4</sup> No Fórum de Porto Alegre, 100 manifestantes petistas filiados ao partido, incluindo membros da cúpula, abandonaram o partido.

Procurarei demonstrar, ainda que superficialmente, que essa “crise” não deve mais ser analisada sob óticas sociológicas, econômicas, administrativas, mas sim, sob a ótica da psicanálise. A bem dizer, por que podemos dizer que o Brasil não passa por “crise” nenhuma, mas sim por um “surto psicótico”.

É por isso que, com facilidade, nos perdemos pelos meandros de discussões socioeconômicas, administrativas, legais e filosóficas. Por que esquecemos que o social somos nós, que antes de sermos “coletivos”, somos “indivíduos”.

É interessante perceber que, quando olhamos pelo lado social, nos convencemos de que a chamada “crise de Estado”, passa pela dinâmica social: mortalidade infantil, analfabetismo, falta d’água, saúde pública deficiente, saneamento básico deficiente, educação básica sofrível, trabalho infantil, e até mesmo trabalho escravo.

Mas a crise é, também, econômica: má distribuição de renda, altos impostos, “sul desenvolvido”, “nordeste subdesenvolvido”, favelas.

Mas, é também administrativa: governo centralizado e centralizador, hereditariedade de cargos públicos, dispersão da verba pública, funcionalismo inchado, salários elevados, acúmulo de cargo, aposentadorias altas, e, no governo petista, distribuição de cargos a membros do partido em detrimento da memória funcional<sup>5</sup>, sindicalização do Estado e da máquina pública, “faccionarismo” etc.

Imagino o Brasil dos anos 2000 não mais como a representação daquele país que foi chamado de Belíndia, de uma Bélgica rica e de uma Índia pobre, mas, meramente, como o país do *desvínculo* entre Estado e sujeito. E esse *desvínculo* é a metáfora da crise de Estado: sem sujeitos, não pode haver um Sujeito; sem um Sujeito, sujeitos não podem ter um “significante” ao qual acoplar sua própria imagem. Sem um Sujeito que lhes dê a imagem de sujeito, sujeitos não podem ser considerados cidadãos. Qual o problema, então? Não somos cidadãos. E ao que parece, nunca o fomos.

Por isso, querer ter uma “visão sociológica” do Brasil, hoje, é perguntar por seu cidadão. Onde está seu cidadão? Começaria por localizá-lo paradoxalmente em sua ausência.

Duas são, assim, as questões que levanto.

Por que passar de uma análise sociológica para uma análise psicanalítica? Por dois motivos: primeiro, porque se trata de um *desvínculo* entre o país do Real do real do país, afirmando um possível “si-mesmo” que dá vazão aos impulsos do Isso em detrimento do *outro*, do sujeito; segundo, porque o sujeito, por estar em crise de identidade, ausenta-se.

A conclusão é simples. Trata-se, esta crise, de “ideologia em ato”, já que, aparentemente, o Estado tem interesse em não nomear o sujeito. Mas, ironicamente, é a empresa, que vai nomear esse sujeito. Pior do que nomeá-lo, vai devolvê-lo, *re-subjetivado*, ao social.

---

<sup>5</sup> Nos dois anos do Governo Lula da Silva, 20.000 cargos públicos foram postos nas mãos de membros do partido. O atual governo tem a média nada boa de 25 substituições de nomes do primeiro escalão. Mais um exemplo interessante de que tudo mudou para tudo ficar igual.

#### 4. A VISÃO PSICANALÍTICA: NOSSA CRISE DE IDENTIDADE PARTICULAR

Passamos, portanto, por uma crise de identidade. O Brasil é, para nós, a fonte de um dilema, de um dilema de filiação. Não temos um significante representativo de nossa imagem de sujeito, ao qual nos filiaríamos.

Diria, para introduzir esse significante ao qual não nos filiamos ainda, que ele é o mesmo significante que o Estado, também, e ainda, não encarnou: o sentimento, ou condição, da cidadania: é o significante que nos representa como sujeitos desse grande Sujeito que é o Estado, ou seja, como cidadãos.

Não nos sentimos cidadãos porque o Estado não nos olha como cidadãos; ele não nos vê como cidadãos. Como ele não nos olha, e não nos vê, não temos a imagem de cidadão, nem espelhamos a imagem de cidadãos. Sequer somos, para o Estado, seus sujeitos. Fomos esquecidos. Como o significante ser cidadão assume qualquer significado que o sujeito, ou o Estado, enquanto grande Sujeito, quer, instaura-se uma crise de identidade, já que qualquer coisa pode ocupar o lugar do significante.

Assim, ser cidadão depende, por exemplo, e para ser irônico, da época do ano. No início do ano, por exemplo, ser cidadão significa ser contribuinte ao Estado. Declara a Receita Federal que “*É dever do cidadão pagar os impostos em dia*”. Temos aqui um cidadão com deveres.

Já a cada dois anos aparece o cidadão com direitos. “*É direito do cidadão votar*”, afirma a Justiça Eleitoral. Se bem que votar é, também, um “dever”, pois o eleitor ausente da votação será legalmente penalizado.

De vez em quando, o significante ser cidadão tem conotação forte, agressiva. De vez em quando, somos cidadãos que tem o dever de tirar o outro cidadão da fome, do desabrigo, da miséria, um outro que tem o direito de ser tirado da fome, do desabrigo, da miséria.

Este é o caso de campanhas que vez ou outra pipocam pelo país, quer sejam coordenadas pelo Estado dadivoso, por algum de seus órgãos ou empresas, ou por alguma entidade desvinculada, mas nem tanto, como sabemos, do Estado. Esse é o caso das campanhas das ONG's, das campanhas contra a fome, contra a miséria, contra a violência, etc. São casos em que o Estado joga a seus sujeitos a responsabilidade pelo *outro*, o desfavorecido, o carente, como se ele, o *outro*, não fosse cidadão pela culpa daqueles que o são, mesmo que estes não saibam que, também eles, não o sejam.

Cobrar daqueles que tem demais ou apenas alguma coisa a mais, que façam alguma coisa por aqueles que não tem. É esse o serviço da mentira do Estado.

O discurso da crise de Estado é, entre outras coisas, ocultar que a sonegação de impostos se dá não por que o rico é rico porque sonega e por isso o pobre é pobre; a mentira do Estado é que o imposto é injustamente alto para todos: para aquele que nada tem por que o imposto não lhe é devolvido na forma de benefícios sociais; também o é para aquele que tem não por que sonegue. Ele sonega por que,

pela quantidade e montante de impostos, é mais fácil sonegar. A mentira mor da crise de Estado é negar, no sentido da negação freudiana, a diferença entre a arrecadação e seu reinvestimento, na forma de benefícios ao alcance de todos.

São os extremos absolutos, e, claro, discutíveis. Mas entre os extremos acontece de tudo. Inclui o fato de que o Estado declara a condição do cidadão, ou do ser cidadão: cidadão é o sujeito que tem algo, e por ter algo, é culpado pela miséria que desfila diante de seus olhos. A esse cabe um *mea culpa*: partilhar. Eis aí a condição do brasileiro que é cidadão. Sujeito em uma acepção dupla, de ser o sujeito na ação do Estado e de estar sujeito à ação do Estado. O universo kafkiano da *brasiliandade* vinculada ao significante trazido pelo colono, tanto quanto pelo colonizador: ambos querem levar vantagem. Um enganar o outro como se os dois vivessem em universos paralelos, como se um não conhecesse nem as leis nem o legislador, como se apenas um legislasse em causa própria.

Curiosamente, é Kafka que nos lembra que “aqueles” lá de cima, que elaboram as leis, aparentemente não sabem para que servem as leis que eles mesmos elaboram, e, por isso, as desrespeitam. O exemplo da desobediência vem de cima. Mas é um engano. Ao mesmo tempo que todos legislam em causa própria, paradoxalmente, as leis já estão prontas.

Por isso todos constroem sua própria significação sobre o que é ser cidadão: é qualquer coisa que mostre ao indivíduo que ele tem que, que ele deve, chegar primeiro, não importa onde, não importa porquê, não importa para quê, não importa como. A única coisa que importa é chegar antes. Esse é o “*s(e)u jeito*”.

Por isso o brasileiro não apenas desobedece as leis; ele as despreza. É por isso que a crise de Estado passa também por aí. Criam-se as leis, não em nome de um bem-estar social geral, ou de uma moral, mas em nome do Estado e para maior benefício do Estado. Esse é o “*s(e)u jeito*”.

O que quer que se espere com essa lei, será, é claro, desviado, deturpado, deformado. Não importa o que seja. Afinal, ele é o Estado. Na hierarquia dos que tem e dos que não tem, coube ao Estado o papel negado a todos: a transformação da *res publica* em *res familiares*. O público pertence agora ao Estado, essa “grande família”, que transformou tudo em “coisa familiar”, e que renegou o cidadão à condição de filho bastardo.

O Estado é o Grande Pai legislador na sua dupla condição de pai castrado que tudo dá ao filho pródigo e de pai castrador que não satisfeito por tudo negar ao filho bastardo, achou melhor renegá-lo. Enquanto pai castrador, negou ao filho não apenas sua filiação, mas o significante que implicava, ou representava, essa filiação. Somos, desse modo, um povo com um sério problema de identificação. Pior do que não termos um pai que nos reconheça, é o fato de que vivemos na casa do padrasto.

Isso remete à uma questão que me chama a atenção: eis aí o fato que nos torna um povo fóbico. Por isso chamei nossa crise de “surto psicótico”. Vejamos.

Carregamos o significante ser cidadão numa cadeia de significantes em que a imagem, nossa imagem, de cidadão, muda a cada novo significante introduzido na

cadeia significativa, quer seja pelo Estado quer seja por nossa necessidade de reconhecimento. Assim, ser cidadão é qualquer coisa que aparente para o sujeito, ser cidadão. É por isso, por exemplo, que qualquer um, ou qualquer coisa, que consiga deslizar seu significado por baixo da barra de significação, produz a significação, no inconsciente, do “ser cidadão”. É por isso que ser cidadão, ontem, não é a mesma coisa, ou não tem a mesma significação, ou sentido, do ser cidadão, hoje.

Mas, por que é uma fobia? Porque que ser cidadão se tornou uma crise do significante, crise à qual o Estado agarrou-se como uma fórmula milagrosa para melhor manipular seus sujeitos.

Façamos um jogo de significantes:  $\frac{S1}{s1}$  é o significante cidadão no tempo  $T_1$ .

Subitamente, em  $T_2$ , o sujeito recebe a mensagem  $\frac{S2}{s2}$  que declara a ele que “ser cidadão é ser contribuinte do Estado”. Para o sujeito, ser cidadão tem, agora, nova formulação:

$$\frac{S1}{s1} \times \frac{S2}{s2} \rightarrow \frac{S2}{\frac{S1}{s1}} = \frac{S2}{s1},$$

onde  $\frac{S1}{s1}$  tomou o lugar do significado  $s2$ . Isso é, claro está, inconsciente.

Aí chega-lhe alguma coisa nova. A campanha contra a fome, por exemplo. Você, cidadão, que tem demais, compartilhe! Eis o novo significante que representa o cidadão.

Ser cidadão, tem agora nova fórmula. Digamos,  $\frac{S5}{s5}$ .

Que temos?

$$\frac{S2}{s2} \times \frac{S5}{s5} \rightarrow \frac{S5}{\frac{S2}{s2}} = \frac{S5}{s2},$$

onde  $\frac{S2}{s2}$  toma o lugar de  $s5$ .

Trata-se, aqui, proponho, de uma metáfora: ser cidadão é compartilhar o que você tem com quem não tem. E assim vai.

Reprimido, não se reconhecendo porque não é reconhecido, o indivíduo desencadeia um processo de filiação ao primeiro significante que represente a melhor imagem, para ele, do “ser cidadão”. Só que isso desencadeia um desastre.

Vai desencadear, mais cedo ou mais tarde, a fobia, essa fobia da qual falo. A fobia pode ser despertada, por exemplo, quando o governo diz que vai aumentar impostos, ou criar um novo imposto, como é o caso do IPMF-Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras<sup>6</sup>, que o Estado tentou passar de “provisória” para “permanente”, continuou provisória, mas continuamos pagando.

A fobia desencadeada é justamente a fobia de ser cidadão, momento da descrença absoluta no governo, nos políticos, nas instituições do Estado, no próprio Estado, como se, ironicamente, ele, o Estado, fosse um sujeito de terno e gravata andando pelas ruas. A metáfora do Brasil é essa: um sujeito que passa pela rua e te chama: ei, você aí, me dá um dinheiro aí...<sup>7</sup>

É assim que, na ânsia de construir a cultura da submissão, o Estado desencadeou em seus sujeitos a pior das fobias: não se reconhecer um cidadão, por não ter uma imagem de cidadão na qual se espelhar. Por isso mesmo os sujeitos do Estado menosprezam o que há de mais sagrado para o Estado: as leis que o representam.

A partir do momento que o Estado torna a *res publica res familiaris*, “estado” em que ele, o Estado, não mais se vê e não mais vê suas próprias fabricações, isto é, suas próprias leis, instaura-se a normalidade que vai estabilizar o “surto psicótico” na crise de filiação do sujeito.

A partir desse momento os comportamentos do Pai serão os do filho, não importa quem sejam estes. Desvaneceu-se a dialética do pai castrado/castrador, do bom/mau filho. Estão todos livres para o gozo. Mas isso tem um preço, e o preço é deixar o pai gozar, também.

O que isso significa? Significa, ou melhor, reflete a fraqueza do superego. Ambos têm, isso sim, um ego frágil voltado às satisfações imediatas no contato com a realidade. Assim, liberam o id para fazer o que bem entende, para gozar. Mas não tem problema. Não haverá punição mesmo. Quer dizer, desde que o filho deixe o pai gozar, bem entendido.

A crise, esta sim real, de filiação do brasileiro a um significante que o representante como cidadão perante outro cidadão, levou-o a um processo de alienação em relação ao Estado. Mas isso seria até normal, se a alienação maior não fosse a do Estado com relação ao indivíduo. Por isso a crise, que passa pelo significante, é mais profunda, é mais séria. É um recalque, por assim dizer, que, como todo recalque, vai explodir a qualquer momento. O Estado, alienado de seu sujeito, se crê o Sujeito ao qual todos se filiaram, ou se alienaram, o que dá na mesma. É por isso que ele crê em sua onipotência, sem sequer estar presente.

Eis o porquê de nossa imagem de cidadão ser tão volátil, e qualquer coisa a obscurecer. Talvez seja por isso que o brasileiro, submetido à cultura da submissão, prefira *panem et circensis* e não se dê conta de que está sendo usado pelos que estão lá em cima, no comando.

---

<sup>6</sup> O IPMF-Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras cobra 0,38% de toda e qualquer movimentação financeira feita por contas bancárias e de investimentos. O PT tinha o IPMF como plataforma política e o chamava de “imposto para matar de fome”. Hoje, o PT e o presidente Lula da Silva nada falam sobre o assunto. E o imposto continua sendo cobrado.

<sup>7</sup> Em português, “ei, você aí, me dá um dinheiro aí...” é uma canção carnavalesca moi popular.

A metáfora da política tupiniquim<sup>8</sup> parece ser a da que a política é uma ciência e uma arte: a ciência e a arte de pastorear os rebanhos humanos, de reuni-los, de seduzí-los, de dar-lhes uma única voz, uma única idéia, e depois, levá-los ao matadouro. E a expressão mais finamente acabada dessa criação romana que é o panem et circensis, é a “*brasileiríssima*” praia. Nada melhor que uma praia para desviar a atenção do brasileiro. Praia e futebol, então, nem se fala. Já houve na televisão brasileira uma novela onde um dos personagens declarava que “*nada havia de mais brasileiro do que a cachaca e a broa de milho*”. Esses sim, ao que parece, são os significantes aos quais vale a pena se filiar.

Examinemos um pequeno exemplo. O sujeito é portador de um conjunto de imagens que não se entre-cruzam: ele é bancário, ele é da Igreja, ele é do clube, ele é da turma do futebol; ele é, até mesmo, cidadão. O detalhe fica por conta de que ele sabe que é bancário, que é da Igreja, que é do clube, que é o goleiro da turma do futebol. Em cada uma dessas situações, ele vive uma situação “dialética”: são esferas de sua vida que ele faz questão de não misturar. Mas ele vive ironicamente, uma situação que é ideológica: embora não queira misturar, inconscientemente, ele não apenas já as misturou; elas chegaram a ele “misturadas”. Por isso, ele é reproduzidor de todas as imagens que ele carrega. Só que nessa intersecção do dialético e do ideológico, sua crise de identidade é ideologicamente manipulada para ser inconsciente em tempo integral, para que a trama do Estado esteja sempre presente. Eis a ironia: ele, o sujeito, precisa ser lembrado que é cidadão.

Por isso, talvez por isso, surjam os absurdos. E um deles é falar de uma “questão da cidadania”; é imaginar que no Brasil, tudo, todas as mazelas, passam por uma “constituição da cidadania”, como se isso fosse um enlatado que se compra no empório da esquina. Ou como ocorreu em uma reportagem de tv sobre as questões da cidadania, onde um sociólogo, ao ser entrevistado, disse que “*os conceitos de cidadania deveriam ser sempre aplicados*”. Como se “cidadania” fosse algum tipo de vacina que o sujeito vai tomar num ambulatório.

Mas as coisas se inverteram no universo kafkiano nacional. Aquilo que ontem era *conditio sine qua*, é, hoje, mero papel. Ser cidadão, no Brasil, é paradoxalmente, um enunciado sem sujeito. O cidadão, como sujeito, não veio, faltou. E por que faltou, desencadeou uma “crise de Estado”. Melhor seria se tivesse vindo.

Isso posto, retorno à declaração de Fernando Henrique Cardoso, recordando o conceito de ideologia para Althusser: ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Pergunto-me, o que será que FHC queria dizer, afinal? Pois, aparentemente, a ideologia do PT mudou de cara. Pior, mudou de rumo. Mas, agora, que está no poder, nada mais importa. E os hábitos do uso do Estado em benefício próprio foram prontamente adotados.

Azar o nosso.

---

<sup>8</sup> Termo utilizado no Brasil para designar o estrita e tipicamente nacional. O termo vén do Tupi, gran nação indígena que habitaba o Brasil e da que ainda subsiste o idioma nalgumas aldeas.